## Citados montam estratégia para fazer a defesa

Os advogados dos parlamentares que estão sofrendo processo de cassação reúnem-se hoje para adotar procedimentos comuns na defesa de deus clientes. A primeira iniciativa deve ser a de recorrer ao Supremo Tribunal Federal contra o projeto de resolução que altera o funcionamento da Câmara durante a revisão constitucional, aumentando o número de sessões ordinárias de uma por semana para cinco sessões semanais. O projeto deverá ser colocado em votação hoje pelo presidente da Câmara, deputado Îno-cêncio Oliveira (PFL-PE), e implica na redução do prazo de defesa dos acusados.

"Este projeto restringe o direito de defesa. Depois de iniciado o
processo, não se pode alterar as regras do jogo. Vou ao STF", afirmou Walmor Giavarina, organizador da reunião dos advogados e que
tem como seus clientes os deputados Cid Carvalho (PMDB-MA) e
Manoel Moreira (PMDB-SP).

Além dos advogados, os acusados também começam a se articular entre si. O gabinete do líder do PFL, deputado Luís Eduardo Magalhães (BA), transformou-se numa espécie de "quartel-general" dos indiciados. Ontem, reuniram-se com o líder pefelista os deputados Ricardo Fiúza (PFL-PE), Ézio Ferreira (PFL-AM) e Genebaldo Correia (PMDB-BA), que sofrem processo de cassação. Também estiveram com Luís Eduardo os deputados Mussa Demes (PFL-PI), Paes Landim (PFL-PI) e Pedro Trujo (PMDB-BA), que continuam sob investigação da corregedoria da Câmara.

Genebaldo e Fiúza reuniram-se depois separadamente dos demais para discutir estratégias de defesa e de atuação política na Comissão de Constituição e Justiça. Os dois parlamentares, apesar de bastante desgastados com as conclusões da CPI, ainda têm poder de fogo e influência em suas bancadas e, até mesmo, de outros partidos. O deputado José Lourenço (BA), que é candidato à liderança do PPR, é um dos que garante que Fiúza se safará.